

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2023

comgas

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	3
Balancos patrimoniais.....	9
Demonstrações de resultados.....	11
Demonstrações de resultados abrangentes.....	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Demonstrações do valor adicionado.....	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3.3, que descreve os efeitos da mudança na prática contábil adotada pela Companhia em 2023, os valores correspondentes apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento de receita de fornecimento de gás não faturada (Nota 8 e 24)

A receita de fornecimento de gás é reconhecida no momento em que o gás é fornecido ao consumidor. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e percurso de leitura. Consequentemente, uma parte do gás fornecido não é faturado ao final de cada mês. Este montante é estimado pela Companhia com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o total da receita não faturada e o respectivo saldo de contas a receber é de R\$706.650 mil.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos em relação ao saldo de contas a receber e a contrapartida no resultado, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores registrados, dado à utilização de informações por categorias de clientes com tarifas diferentes, e do grau de julgamento exercido pela Administração na alocação do volume de gás distribuído por categoria de cliente. Uma alteração de alocação em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia

Devido a relevância dos valores envolvidos, a natureza e complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento do desenho e processos relevantes implementados pela Companhia relativo à alocação da estimativa dos volumes de gás por categoria de cliente e as respectivas tarifas para cada categoria de cliente, de acordo com as tarifas reguladas;
- Teste documental, por amostragem, sobre as informações que alimentam o cálculo de alocação do volume de gás fornecido por categoria;
- Recálculo da receita de fornecimento de gás não faturada por categoria de cliente e tarifas definidas pelo órgão regulador para classe consumidor em seus grupos e modalidades, incluindo a avaliação das premissas chave utilizadas;
- Procedimentos analíticos para comparação entre alocação do volume de gás entre as categorias de clientes, considerando o histórico de consumo ao final do período com a estimativa de volume por categoria de cliente calculada pela Companhia;
- Comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real referente ao faturamento do ciclo subsequente ocorrido em janeiro de 2024;
- Reconciliação do saldo de receita de fornecimento de gás não faturada com os registros contábeis correspondentes, bem como avaliarmos a exatidão dos cálculos aritméticos.
- Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas às demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, identificamos um ajuste que, por ser imaterial, não foi regularizado pela Companhia. Portanto, julgamos serem aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração para reconhecimento, e mensuração da receita não faturada na demonstração do resultado e na rubrica de contas a receber, no ativo circulante, bem como as referidas divulgações nas Notas Explicativas nº8 e 24, por estarem consistentes com a documentação suporte definida e mantida pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Concessão do serviço público de distribuição de gás canalizado (Notas 12 e 13)

A Companhia possui registrado no ativo intangível da concessão pública e ativo de contrato referente ao serviço de distribuição de gás, os montantes de R\$ 6.817.204 mil e R\$ 939.902 mil, respectivamente, que representam, substancialmente, os gastos com infraestrutura dessa concessão.

Os investimentos em expansão e melhoria da infraestrutura da concessão de distribuição de gás canalizado são contabilizados como ativo de contrato durante o período de construção. A partir da efetiva entrada em operação, os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, por meio do consumo de gás canalizado pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados durante o processo de construção como custo da infraestrutura envolve complexidade e julgamentos por parte da Companhia.

Por estas razões, bem como pela relevância dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento do desenho e processos relevantes implementados pela Companhia sobre o reconhecimento e mensuração dos montantes contabilizados como ativo de contrato e ativo intangível incluindo a sua classificação como ativo qualificável para capitalização;
- Avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada;
- Aplicação de teste documental, por amostragem, sobre os materiais e serviços aplicados às obras, bem como alocação de horas de força de trabalho e avaliação se a sua classificação foi apropriada;
- Avaliação das classificações contábeis entre o ativo de contrato e intangível de direito dessa concessão, observando os períodos e estágios das obras;
- Revisão das políticas contábeis estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes;
- Aplicação de teste documental, por amostragem, sobre as adições, amortização e capitalização de juros;
- Teste de amortização do intangível de direito dessa concessão reconhecida ao longo do exercício de 2023;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos razoáveis os critérios e políticas de capitalização e amortização dos ativos de infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás preparados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 12 e 13, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, estão conciliadas com as demonstrações financeiras, e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relacionados as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2022, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório, sem modificação, em 16 de fevereiro de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 SP 013846/O-1

Thiago Gonçalves Marques
Contador CRC 1 SP 1254881/O-8

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.845.136	1.241.256
Títulos e valores mobiliários	7	794.978	569.296
Contas a receber de clientes	8	1.298.314	1.595.449
Instrumentos financeiros derivativos	15	20.116	344.760
Estoques		142.120	123.860
Recebíveis de partes relacionadas	9	222	1.315
Outros tributos a recuperar	10	222.572	724.750
Ativos setoriais	11	188.343	128.521
Outros ativos		121.644	81.724
Ativo circulante		4.633.445	4.810.931
Contas a receber de clientes	9	24.805	20.687
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	318.212	163.237
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	20	59.805	58.162
Outros tributos a recuperar	10	83.838	31.904
Depósitos judiciais	21	40.892	51.316
Instrumentos financeiros derivativos	15	120.529	-
Outros ativos		28.953	13.510
Ativos setoriais	11	341.695	193.378
Direito de uso		46.988	52.107
Ativos de contrato	13	939.902	1.031.391
Intangível	12	7.099.770	6.237.488
Ativo não circulante		9.105.389	7.853.180
Total do ativo		13.738.834	12.664.111

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	1.165.556	1.554.840
Instrumentos financeiros derivativos	15	63.184	-
Fornecedores	19	1.302.119	1.554.695
Ordenados e salários a pagar		115.581	108.547
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	293.499	79.362
Outros tributos a pagar		155.570	220.559
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23	332.326	15.806
Pagáveis a partes relacionadas	9	11.585	11.735
Outros passivos financeiros	17	133.937	72.579
Passivos setoriais	11	70.013	67.419
Arrendamentos		7.910	4.656
Outras contas a pagar		226.160	154.800
Passivo circulante		3.877.440	3.844.998
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	5.812.535	5.425.800
Instrumentos financeiros derivativos	15	297.453	399.866
Provisão para demandas judiciais	21	45.516	67.051
Benefícios pós-emprego	22	442.164	448.157
Outros tributos a pagar		4.361	4.766
Passivos setoriais	11	1.532.364	1.401.706
Arrendamentos		32.827	39.014
Passivo não circulante		8.167.220	7.786.360
Total do passivo		12.044.660	11.631.358
Patrimônio líquido	23		
Capital social		536.315	536.315
Reservas de capital		(46.851)	(34.230)
Reservas de reavaliação		5.761	5.761
Ajuste de avaliação patrimonial		(62.948)	(78.922)
Reservas de lucros		1.261.897	603.829
Total do patrimônio líquido		1.694.174	1.032.753
Total do passivo e patrimônio líquido		13.738.834	12.664.111

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) ⁽ⁱ⁾
Receita operacional líquida	24	15.158.674	16.999.571
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	25	(11.926.244)	(13.765.788)
Resultado bruto		3.232.430	3.233.783
Despesas de vendas	25	(127.105)	(142.527)
Despesas gerais e administrativas	25	(295.684)	(279.876)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	106.838	(87.600)
Despesas operacionais		(315.951)	(510.003)
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos		2.916.479	2.723.780
Despesas financeiras		(1.321.730)	(1.073.581)
Receitas financeiras		881.669	465.485
Variação cambial líquida		144.191	108.227
Derivativos		(481.225)	(110.213)
Resultado financeiro líquido	27	(777.095)	(610.082)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.139.384	2.113.698
Corrente		(893.801)	(552.971)
Diferido		163.204	250.752
Imposto de renda e contribuição social	20	(730.597)	(302.219)
Resultado líquido do exercício		1.408.787	1.811.479
Resultado básico por ação - em Reais:	28		
Ordinárias		10,4057	13,3801
Preferenciais		11,4462	14,7181
Resultado diluído por ação - em Reais:	28		
Ordinárias		10,3999	13,3633
Preferenciais		11,4399	14,6996

(i) Para mais informações vide nota 3.3

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício		1.408.787	1.811.479
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	22	24.203	37.967
Tributos s/ ganhos atuariais com planos de benefícios definidos		(8.229)	(12.909)
Outros componentes dos resultados abrangentes do exercício		15.974	25.058
Resultados abrangentes totais do exercício		1.424.761	1.836.537

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Reservas de capital				Reservas de lucros			Ajuste da avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Incentivos fiscais	Opção outorgadas reconhecidas	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	536.315	1.201	(35.431)	5.761	107.263	496.566	-	(78.922)	1.032.753
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.408.787	-	1.408.787
Outros resultados abrangentes:									
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos (Nota 22)	-	-	-	-	-	-	-	24.203	24.203
Tributos sobre ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	-	-	-	-	-	-	-	(8.229)	(8.229)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	1.408.787	15.974	1.424.761
Dividendos (Nota 23)	-	-	-	-	-	(400.000)	(324.997)	-	(724.997)
Juros sobre capital próprio (Nota 23)	-	-	-	-	-	-	(27.200)	-	(27.200)
Dividendos prescritos (Nota 23)	-	-	-	-	-	1.245	-	-	1.245
Juros sobre capital próprio prescritos (Nota 23)	-	-	-	-	-	233	-	-	233
Ações outorgadas reconhecidas (Nota 29)	-	-	976	-	-	-	-	-	976
Transações com pagamentos baseados em ações (Nota 29)	-	-	(13.597)	-	-	-	-	-	(13.597)
Retenção de lucros (Nota 23)	-	-	-	-	-	1.056.590	(1.056.590)	-	-
Total de contribuições e distribuições para os acionistas	-	-	(12.621)	-	-	658.068	(1.408.787)	-	(763.340)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	536.315	1.201	(48.052)	5.761	107.263	1.154.634	-	(62.948)	1.694.174

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Reservas de capital				Reservas de lucros			Ajuste da avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Incentivos fiscais	Opções outorgadas reconhecidas	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	536.315	1.201	(22.173)	5.761	107.263	580.830	-	(103.980)	1.105.217
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.811.479	-	1.811.479
Outros resultados abrangentes:									
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos (Nota 22)	-	-	-	-	-	-	-	37.967	37.967
Tributos sobre ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	-	-	-	-	-	-	-	(12.909)	(12.909)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	1.811.479	25.058	1.836.537
Dividendos (Nota 23)	-	-	-	-	-	(580.830)	(1.253.279)	-	(1.834.109)
Juros sobre capital próprio (Nota 23)	-	-	-	-	-	-	(61.634)	-	(61.634)
Ações outorgadas reconhecidas (Nota 29)	-	-	2.339	-	-	-	-	-	2.339
Transações com pagamentos baseados em ações (Nota 29)	-	-	(15.597)	-	-	-	-	-	(15.597)
Retenção de lucros (Nota 23)	-	-	-	-	-	496.566	(496.566)	-	-
Total de contribuições e distribuições para os acionistas	-	-	(13.258)	-	-	(84.264)	(1.811.479)	-	(1.909.001)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	536.315	1.201	(35.431)	5.761	107.263	496.566	-	(78.922)	1.032.753

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.139.384	2.113.698
Ajustes para:			
Amortizações	25	575.792	498.487
Resultado nas alienações de ativo intangível	26	30.192	45.191
Transações com pagamento baseado em ações	29	5.002	2.339
Provisão para demandas judiciais e parcelamentos tributários	26	6.637	11.791
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		1.026.689	763.577
Provisão de bônus e participação no resultado		52.241	52.278
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	8	10.630	12.502
Ativos e passivos setoriais, líquidos	11	(157.412)	299.366
Outros		14.029	8.798
		3.703.184	3.808.027
Varição em:			
Contas a receber de clientes		344.098	(197.775)
Estoques		(32.289)	(3.107)
Imposto de renda e contribuição social e outros tributos, líquidos		(316.821)	(38.045)
Fornecedores e outros passivos financeiros		(185.483)	(175.839)
Ordenados e salários a pagar		(49.234)	(31.248)
Benefícios pós-emprego		(26.931)	(25.963)
Outros ativos e passivos, líquidos		(4.796)	103.437
		(271.456)	(368.540)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		3.431.728	3.439.487
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Venda (compra) de títulos e valores mobiliários		(159.280)	532.479
Caixa recebido na venda de outros ativos permanentes		4.637	8.319
Adições ao intangível e ativos de contrato		(1.499.753)	(1.187.518)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(1.654.396)	(646.720)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	1.338.051	2.473.745
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14	(1.547.820)	(2.275.698)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14	(337.668)	(469.746)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	15	(459.378)	(294.300)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	15	284.728	19.882
Amortização de principal sobre arrendamentos		(4.092)	(6.044)
Pagamento de juros sobre arrendamentos		(3.556)	(2.671)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	23	(430.120)	(1.872.732)
Pagamento de remuneração baseada em ações	29	(13.597)	(15.597)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(1.173.452)	(2.443.161)
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		603.880	349.606
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.241.256	891.650
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.845.136	1.241.256
Informação complementar			
Impostos de renda e contribuição social pagos		182.012	47.785

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Transações que não envolvem caixa

- i. Aquisições de ativos para construção da rede de distribuição com pagamento a prazo no montante de R\$149.214 (R\$ 61.335 em 31 de dezembro de 2022), notas 12 e 13.
- ii. Reconhecimento de juros sobre capital próprio deliberados no montante de R\$7.394 (R\$15.733 em 31 de dezembro de 2022), líquido de imposto de renda.
- iii. Reconhecimento de direito de uso no montante de R\$ 2.067 (R\$ 7.705 em 31 de dezembro de 2022), relativo a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento mercantil.

Apresentação de juros

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros. Os juros recebidos sobre títulos e valores imobiliários, assim como, os juros pagos sobre ativos de contrato são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimentos.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) ⁽ⁱ⁾
Receitas			
Receitas de vendas de gás, líquidas		16.864.085	20.033.165
Receitas na prestação de serviços e outros	24	618.725	389.731
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	8	(10.630)	(12.502)
Receita de construção	24	1.357.613	1.135.355
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	91.896	(87.600)
Total		18.921.689	21.458.149
Custos e despesas			
Custo do gás e transportes		(12.228.165)	(15.073.888)
Custo dos serviços prestados		(53.632)	(37.596)
Custo de construção	25	(1.357.613)	(1.135.355)
Materiais, serviços e outras despesas		(352.258)	(356.614)
Total		(13.991.668)	(16.603.453)
Valor adicionado bruto		4.930.021	4.854.696
Retenções			
Amortizações	25	(575.792)	(498.487)
Total		(575.792)	(498.487)
Valor adicionado líquido gerado		4.354.229	4.356.209
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	27	881.669	465.485
Total		881.669	465.485
Valor adicionado total a distribuir		5.235.898	4.821.694
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
Remuneração direta		105.210	107.126
Benefícios		27.971	38.537
FGTS/ Outros		60.343	52.019
		16.896	16.570
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		2.027.434	1.818.121
Estaduais		1.165.982	779.681
Municipais		833.263	1.014.801
		28.189	23.639
Despesas financeiras e aluguéis			
Juros		1.694.467	1.084.968
Aluguéis e arrendamentos		1.524.414	988.511
Outros		38.371	24.128
		131.682	72.329
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos propostos		1.408.787	1.811.479
Juros sobre capital próprio	23	324.997	1.253.279
Resultado do exercício, líquido de destinações		27.200	61.634
		1.056.590	496.566
Total		5.235.898	4.821.694

(i) Para maiores informações vide nota 3.3
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores das categorias industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo, e está registrada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). A Companhia é controlada pela Compass Gás e Energia S.A. ("Compass") por meio da participação direta de 99,14% do capital social, sendo controlada indiretamente pela Cosan Dez Participações S.A. que, por sua vez, mantém 88,00% do capital social de Compass. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final da Cosan.

O contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em 31 de maio de 1999, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP), e prorrogado até 30 de maio de 2049, mediante assinatura do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em 01 de outubro de 2021.

1.1 Impactos dos conflitos internacionais

A Companhia tem monitorado os desdobramentos do conflito entre Rússia e Ucrânia, assim como os recentes acontecimentos no território israelense, em especial no âmbito da volatilidade nos preços das commodities de óleo de gás natural, flutuação do câmbio e juros. Até o presente momento, os efeitos desses conflitos não causaram impactos significativos nas operações da Companhia ou no valor justo de seus ativos e passivos. A Companhia continuará monitorando o aumento do risco nessas áreas para mudanças materiais.

2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas (CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2024.

3 Políticas contábeis

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo.

3.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia opera, gera e consome caixa.

3.2 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. Nota 8 - Contas a receber de clientes
- ii. Nota 11 - Ativos e passivos setoriais
- iii. Nota 12 - Ativos Intangíveis (definição de vida útil)
- iv. Nota 16 - Mensurações de valor justo reconhecidas
- v. Nota 18 - Compromissos
- vi. Nota 20 - Imposto de renda e contribuição social
- vii. Nota 21 - Provisão para demandas e depósitos judiciais
- viii. Nota 22 - Benefícios pós-emprego
- ix. Nota 29 - Pagamento baseado em ações

3.3 Reclassificação na demonstração de resultados

A ARSESP por meio da deliberação 1.205 de 18 de agosto de 2021, NTF-044-2021, divulgou um novo Manual de Contabilidade Regulatória e Plano de Contas do setor de distribuição de gás canalizado para empresas sobre sua regulamentação com aplicabilidade a partir do exercício de 2023.

Conforme nota técnica acima citada, a ARSESP determina que a contabilização das variações, positivas e negativas, entre o preço incluído nas tarifas e o efetivamente pago pela concessionária ao supridor, que são periodicamente repassadas aos usuários por meio de contas gráficas, devem ser registradas como receita operacional líquida. A política contábil usualmente aplicada pela Companhia é consistente com o entendimento da essência da operação, classificando os efeitos da Conta Corrente Regulatória (“CCR”) em seu resultado bruto, porém com alocações em custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados. Em complemento, o documento também menciona que a classificação de despesas e custos pode variar em relação às práticas comumente adotadas em que parte dos gastos administrativos também são admitidos como custos das operações relacionadas aos serviços de distribuição de gás canalizado.

A Companhia reavaliou voluntariamente a forma de apresentação da classificação dos efeitos da CCR e despesas gerais e administrativas, por entender que tal apresentação atenderá às exigências da ARSESP e OCPC08, fornecendo informações mais consistentes e alinhadas com as melhores práticas adotadas pelo mercado. Estas reclassificações não impactam os principais indicadores utilizados pela Companhia.

A aplicação da mudança na política contábil gerou a seguinte reclassificação na demonstração do resultado no exercício comparativo:

	31/12/2022 (Originalmente apresentado)	Reclassificação	31/12/2022 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	17.414.153	(414.582)	16.999.571
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(13.962.106)	196.318	(13.765.788)
Resultado bruto	3.452.047	(218.264)	3.233.783
Despesas de vendas	(142.527)	-	(142.527)
Despesas gerais e administrativas	(498.140)	218.264	(279.876)
Outras receitas operacionais, líquidas	(87.600)	-	(87.600)
Despesas operacionais	(728.267)	218.264	(510.003)
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos	2.723.780	-	2.723.780

4 Informações por categoria de clientes

A Companhia exerce uma única atividade operacional relacionada à distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo. Contudo, a Administração analisa seu desempenho financeiro considerando o resultado bruto econômico separadamente por categoria de clientes, bem como a métrica econômica LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização).

A agência reguladora determina as tarifas pelos diversos segmentos de clientes, que por sua vez, são divulgados como categorias de clientes pela Companhia. A Companhia não efetua análises de ativos por categoria para gestão dos negócios. Por fim, a definição de unidade geradora de caixa, representando o menor ativo em uso que gera entradas de caixa, no contexto da Companhia, não pode ser segregada por categoria, pois a mesma tubulação distribui gás para consumidores de categorias diferentes. Portanto entendemos que a Companhia atua em um único segmento operacional.

As informações por categorias de clientes são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, que é o Presidente da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho de clientes.

A composição da margem por categoria é a seguinte:

	31/12/2023								
Categorias	Residencial	Comercial	Industrial	Cogeração	Automotivo	Termogeração	Receita de construção	Outras receitas / custos	Total
Volumes m ³ mil (não auditado)	315.380	148.729	3.277.125	273.241	155.517	863	-	-	4.170.855
Receita bruta	2.760.509	941.598	11.835.250	823.321	500.615	2.792	1.357.613	618.725	18.840.423
Deduções	(642.645)	(217.622)	(2.507.853)	(147.632)	(90.734)	(269)	-	(74.994)	(3.681.749)
Receita operacional líquida	2.117.864	723.976	9.327.397	675.689	409.881	2.523	1.357.613	543.731	15.158.674
Custo	(719.097)	(338.961)	(7.517.880)	(588.820)	(355.958)	(1.968)	(1.357.613)	(1.045.947)	(11.926.244)
Resultado bruto	1.398.767	385.015	1.809.517	86.869	53.923	555	-	(502.216)	3.232.430
Despesas com vendas									(127.105)
Despesas gerais e administrativas									(295.684)
Outras receitas operacionais, líquidas									106.838
Despesas operacionais									(315.951)
Despesas financeiras									(1.321.730)
Receitas financeiras									881.669
Variação cambial									144.191
Derivativos									(481.225)
Resultado financeiro, líquido									(777.095)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social									2.139.384
Imposto de renda e contribuição social									(730.597)
Resultado líquido do exercício									1.408.787
Reconciliação LAJIDA									
Resultado líquido do exercício									1.408.787
Imposto de renda e contribuição social									730.597
Resultado financeiro, líquido									777.095
Amortizações									575.792
LAJIDA									3.492.271

Categorias	31/12/2022 (Reapresentado) ⁽ⁱ⁾								Total
	Residencial	Comercial	Industrial	Cogeração	Automotivo	Termogeração	Receita de construção	Outras receitas / custos	
Volumes m ³ mil (não auditado)	321.535	147.741	3.550.580	354.092	218.985	3.531	-	-	4.596.464
Receita bruta	2.748.183	936.182	14.503.124	1.045.008	801.325	12.181	1.135.355	409.252	21.590.610
Deduções	(616.299)	(207.986)	(3.367.372)	(199.743)	(160.804)	(952)	-	(37.883)	(4.591.039)
Receita operacional líquida	2.131.884	728.196	11.135.752	845.265	640.521	11.229	1.135.355	371.369	16.999.571
Custo	(840.464)	(383.492)	(9.227.688)	(720.014)	(559.727)	(9.808)	(1.135.355)	(889.240)	(13.765.788)
Resultado bruto	1.291.420	344.704	1.908.064	125.251	80.794	1.421	-	(517.871)	3.233.783
Despesas com vendas									(142.527)
Despesas gerais e administrativas									(279.876)
Outras despesas operacionais, líquidas									(87.600)
Despesas operacionais									(510.003)
Despesas financeiras									(1.073.581)
Receitas financeiras									465.485
Variação cambial									108.227
Derivativos									(110.213)
Resultado financeiro, líquido									(610.082)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social									2.113.698
Imposto de renda e contribuição social									(302.219)
Resultado líquido do exercício									1.811.479
Reconciliação LAJIDA									
Resultado líquido do exercício									1.811.479
Imposto de renda e contribuição social									302.219
Resultado financeiro, líquido									610.082
Amortizações									498.487
LAJIDA									3.222.267

(i) Para maiores informações vide nota 3.3.

5 Ativos e passivos financeiros

Política contábil:

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos financeiros tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas, quando seus termos são modificados, e quando os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro, com base nos termos modificados, é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	6	895.454	939.570
Contas a receber de clientes	9	1.323.119	1.616.136
Ativos setoriais	11	530.038	321.899
Recebíveis de partes relacionadas	9	222	1.315
		2.748.833	2.878.920
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações em operações compromissadas	6	949.682	301.686
Títulos e valores mobiliários	7	794.978	569.296
Instrumentos financeiros derivativos	15	140.645	344.760
		1.885.305	1.215.742
Total		4.634.138	4.094.662
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures		(958.975)	(372.171)
Fornecedores	19	(1.302.119)	(1.554.695)
Outros passivos financeiros	17.c	(133.937)	(72.579)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23	(332.326)	(15.806)
Parcelamento de débitos tributários		(5.219)	(5.549)
Arrendamentos		(40.737)	(43.670)
Passivos setoriais	11	(1.602.377)	(1.469.125)
Pagáveis a partes relacionadas	9	(11.585)	(11.735)
		(4.387.275)	(3.545.330)
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(6.019.116)	(6.608.469)
Instrumentos financeiros derivativos	15	(360.637)	(399.866)
		(6.379.753)	(7.008.335)
Total		(10.767.028)	(10.553.665)

6 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	71.839	87.054
Aplicações financeiras	1.773.297	1.154.202
Total	1.845.136	1.241.256

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações em fundos de investimento		
Operações compromissadas	949.682	301.686
Total	949.682	301.686
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDBs	823.615	852.516
Total	823.615	852.516
Total	1.773.297	1.154.202

Operações compromissadas referem-se a compras de ativos, com compromisso de recompra a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, geralmente com prazo determinado de 90 dias ou menos, para os quais não há penalidades relevantes ou outras restrições para resgate antecipado.

Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, são títulos emitidos por instituições financeiras brasileiras com vencimentos diversos, liquidez e /ou carência limitada a 90 dias, para os quais não há penalidades relevantes ou outras restrições para resgate antecipado.

As aplicações financeiras da Companhia são rentabilizadas a taxas em torno de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

7 Títulos e valores mobiliários

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento superior a três meses e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações em fundos de investimento		
Títulos públicos	794.978	569.296
Total	794.978	569.296

Títulos públicos possuem taxa de juros atrelada à SELIC com a rentabilidade equivalente a aproximadamente 100% do CDI e vencimento entre dois e cinco anos com liquidez diária.

8 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para mensurar as perdas de créditos esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofrida neste exercício. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	31/12/2023	31/12/2022
Contas de gás a receber	694.355	812.225
Receita não faturada ⁽ⁱ⁾	706.650	877.895
Outros	9.932	13.828
Total	1.410.937	1.703.948
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(87.818)	(87.812)
Total	(87.818)	(87.812)
Total	1.323.119	1.616.136
Circulante	1.298.314	1.595.449
Não circulante	24.805	20.687
Total	1.323.119	1.616.136

⁽ⁱ⁾ A receita não faturada refere-se à parcela do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo, estimada e registrada no balanço para fins de competência.

Em 8 de março, 5 de junho e 31 de agosto de 2023, foram emitidas deliberações ARSESP n° 1.389, 1.414 e 1.440, com redução na tarifa média ponderada de 13,09%, 7,22% e 5,20%, respectivamente, para todas as categorias de clientes, com exceção do residencial e comercial, que possuem reajustes anuais. Em dezembro de 2023, foi emitida a deliberação n° 1.475 com o acréscimo de tarifa média ponderada de 9,16% para todas as categorias de clientes, exceto residencial e comercial que tiveram reajuste médios ponderados de 3,36%.

O *aging* das contas a receber é o seguinte:

	31/12/2023	Perda esperada	31/12/2022	Perda esperada
A vencer	1.255.568	(2.532)	1.544.302	(2.835)
Vencidas:				
Até 30 dias	49.625	(886)	52.994	(310)
De 31 a 60 dias	10.602	(1.191)	12.612	(1.414)
De 61 a 90 dias	6.074	(1.329)	6.080	(2.080)
Mais de 90 dias	89.068	(81.880)	87.960	(81.173)
Total	1.410.937	(87.818)	1.703.948	(87.812)

A variação na perda por redução ao valor recuperável de contas a receber são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	(93.424)
(Adições) / Reversões	(12.502)
Baixas	18.114
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(87.812)
(Adições) / Reversões	(10.630)
Baixas	10.624
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(87.818)

9 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações envolvendo partes relacionadas foram realizadas conforme condições contratuais previamente acordadas e aprovadas pelo órgão regulador. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada exercício é realizada análise de recuperação dos valores a receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Operações comerciais		
Raízen S.A. e suas controladas ⁽ⁱ⁾	211	401
Necta Gás Natural S.A.	-	105
Total	211	506
Operações contratuais		
Raízen S.A. e suas controladas	11	738
Cosan S.A.	-	71
Total	11	809
Total do ativo circulante	222	1.315
Passivo circulante		
Operações comerciais		
Necta Gás Natural S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2.520	3.324
Total	2.520	3.324
Operações contratuais		
Raízen S.A. e suas controladas ^(iv)	9.060	8.372
Compass Gás e Energia S.A.	-	39
Cosan S.A.	5	-
Total	9.065	8.411
Total do passivo circulante	11.585	11.735

b) Transações com partes relacionadas:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional		
Raízen S.A. e suas controladas ⁽ⁱ⁾	3.541	10.547
Necta Gás Natural S.A.	139	143
Elevações Portuárias S.A. ⁽ⁱ⁾	397	689
Total	4.077	11.379
Compra de gás		
Necta Gás Natural S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(40.188)	(23.696)
Total	(40.188)	(23.696)
Despesas compartilhadas e outras receitas		
Compass Comercialização S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	348.922	(3.440)
Raízen S.A. e suas controladas ^(iv)	(18.750)	(25.643)
Compass Gás e Energia S.A.	(16.815)	(12.011)
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	(3.330)	(2.091)
Commit Gás S.A.	(1.851)	-
Rumo S.A. e suas controladas	(1.553)	(12)
Necta Gás Natural S.A.	(369)	-
Cosan S.A.	176	69
Elevações Portuárias S.A.	20	-
Total	306.450	(43.128)
Resultado financeiro		
Rumo Malha Paulista S.A. ^(v)	8.642	12.105
Total	8.642	12.105

⁽ⁱ⁾ Fornecimento de gás.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se substancialmente ao contrato de fornecimento de gás, no qual se estabelece obrigação de desempenho futuro, com prazo de conclusão em 2034, vide nota explicativa 9d.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Compra de gás.

^(iv) Serviços compartilhados executados pela Raízen S.A... relacionados a processos de contabilidade, impostos, suporte jurídico, etc.

^(v) Deságio na compra de crédito de ICMS, vide nota explicativa 9d.

c) Remuneração dos administradores e diretores:

A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia inclui salários, contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego, remuneração baseada em ações, bônus de longo prazo e seus respectivos encargos.

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo a administradores	25.021	26.766
Benefícios pós-emprego	673	667
Bônus de longo prazo a administradores	10.264	6.317
Transações com pagamentos baseados em ações	114	1.641
Total	36.072	35.391

d) Demais transações com partes relacionadas:

Em 7 de junho de 2023, a Companhia firmou contrato de compra e venda de créditos de ICMS com a Rumo Malha Paulista S.A, no valor de R\$157.179 e deságio de 10%. A transferência do crédito está condicionada à autorização da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ. Até 31 de dezembro de 2023, foram autorizados e transferidos R\$78.917, pelos quais a Companhia pagou R\$67.025 gerando um ganho de R\$8.642, reconhecido na linha de receitas financeiras com partes relacionadas.

Em 24 de julho de 2023, a Companhia e Compass Comercialização celebraram um aditivo contratual, que contemplou o adiamento da data de início do contrato de fornecimento de gás, inicialmente estipulada para 1º de julho de 2023, conforme os termos do contrato original formalizado em agosto de 2021. Em decorrência da postergação, as partes acordaram uma compensação financeira no montante total de R\$453.316, dos quais R\$53.316 foram liquidados em 8 de agosto de 2023.

Em 26 de setembro de 2023, a Compass Comercialização realizou nova proposta de compensação financeira à Companhia, no montante de R\$150.000, liquidada em 23 de outubro de 2023, em função da flexibilização do prazo de início de fornecimento ao longo do 1º trimestre de 2024. Essa contraprestação foi descontada do saldo remanescente inicialmente acordado.

Por fim, em 24 de novembro de 2023, a Compass Comercialização realizou outra proposta de compensação financeira à Companhia, no montante de R\$150.000, liquidada em 28 de dezembro de 2023, como contrapartida para que o gás natural comercializado sob o contrato de fornecimento de gás possa ser disponibilizado em quaisquer dos *citygates* da sua malha de distribuição. Essa contraprestação também foi descontada do saldo remanescente inicialmente acordado, passou a ser de R\$ 100.000, o qual será pago trimestralmente pelos próximos 5 anos mediante o cumprimento de obrigações de performance estabelecidas.

Como resultado desses acontecimentos, e com as devidas anuências da ARSESP, a Companhia recebeu até o momento o total de R\$353.316. Por conseguinte, parte desse montante, líquida dos impostos incidentes é redistribuída aos consumidores de acordo com as disposições previstas no contrato de concessão (vide nota explicativa 11).

10 Outros tributos a recuperar

Política contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais. Valores atribuídos ao circulante são aqueles cuja expectativa de realização é para os próximos 12 meses.

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS) ⁽ⁱ⁾	284.766	217.830
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) ⁽ⁱ⁾	20.411	356.242
Programa de Integração Social (PIS) ⁽ⁱ⁾	1.150	182.479
Outros	83	103
Total	306.410	756.654
Circulante	222.572	724.750
Não circulante	83.838	31.904
Total	306.410	756.654

⁽ⁱ⁾ Em 30 de março de 2022, foi deferido pela Receita Federal do Brasil ("RFB"); o pedido de habilitação dos créditos de PIS e COFINS, apurados desde julho de 2008 até fevereiro de 2017, decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições. Desde então, referidos créditos passaram a ser utilizados para os pagamentos mensais de PIS e COFINS, bem como para os pagamentos trimestrais e ajuste anual de IRPJ e CSLL. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram utilizados R\$553.764 (R\$1.024.707 desde o início das compensações), consumido assim a totalidade do ativo reconhecido à época.

⁽ⁱⁱ⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram transferidos créditos tributários de ICMS, no valor de R\$78.917, relativos ao contrato firmado com a Rumo S.A. vide nota explicativa 9d).

11 Ativos e passivos setoriais

Política contábil:

Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre o custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pela ARSESP, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pelas ARSESP no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

Conforme disposto na Deliberação nº 1010, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados a Companhia ou devolvidos aos usuários no encerramento do período da concessão. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ARSESP já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ARSESP no próximo reajuste tarifário.

Ainda, tal deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, que acumula valores relativos a créditos tributários aproveitados pela Companhia, mas, que essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa.

Com o advento da referida deliberação, a Companhia entende não haver mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconhece contabilmente a partir de 10 de junho de 2020, os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras.

A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi a seguinte:

	Ativo setorial	Passivo setorial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	558.310	(1.372.283)	(813.973)
Custo de gás ⁽ⁱ⁾	(427.826)	-	(427.826)
Créditos tributários ⁽ⁱⁱ⁾	-	18.447	18.447
Atualização monetária ⁽ⁱⁱⁱ⁾	81.402	(115.289)	(33.887)
Diferimento do IGP-M ^(iv)	110.013	-	110.013
Saldo em 31 de dezembro de 2022	321.899	(1.469.125)	(1.147.226)
Custo de gás ^{(i) (v)}	43.116	-	43.116
Créditos tributários ⁽ⁱⁱ⁾	-	(2.594)	(2.594)
Atualização monetária ⁽ⁱⁱⁱ⁾	48.133	(130.658)	(82.525)
Diferimento do IGP-M ^(iv)	116.890	-	116.890
Saldo em 31 de dezembro de 2023	530.038	(1.602.377)	(1.072.339)
Circulante	188.343	(70.013)	118.330
Não circulante	341.695	(1.532.364)	(1.190.669)
	530.038	(1.602.377)	(1.072.339)

- ⁽ⁱ⁾ Refere-se ao custo do gás adquirido em comparação àquele contido nas tarifas, integralmente classificados no ativo circulante, uma vez que a deliberação da ARSESP prevê recuperação tarifária em bases anuais para as categorias de clientes residencial e comercial e trimestrais para as demais categorias de clientes.
- ⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se ao valor líquido de créditos tributários no exercício.
- ⁽ⁱⁱⁱ⁾ Atualização monetária sobre a conta corrente de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC.
- ^(iv) Apropriação do diferimento do IGP-M para as categorias de clientes residencial e comercial, reconhecidos no ativo não circulante, conforme deliberação nº 1.162 de 26 de maio de 2021 e 7º Termo Aditivo do Contrato de Concessão em 01 de outubro de 2021.
- ^(v) Inclui os efeitos de R\$ 34.193 em 30 de junho de 2023, R\$75.158 em 26 de setembro de 2023 e R\$ 68.063 em 24 de novembro de 2023, referentes aos valores redistribuídos aos consumidores (vide nota 9.d).

Diante da audiência pública realizada pela ARSESP no dia 9 de janeiro de 2023, relacionada ao tema da devolução dos créditos de PIS/COFINS aos clientes da Companhia, provenientes da exclusão do ICMS das suas bases, a Companhia e demais membros da sociedade apresentaram importantes contribuições a serem consideradas pela agência durante o período de análise. Conforme a deliberação nº 1.491, de 24 de janeiro de 2024, à disponibilização do Relatório Circunstanciado referente às contribuições recebidas ficou prorrogada em até 120 dias, a contar do dia subsequente a data final da prorrogação anterior, ou seja, de 27 de janeiro de 2024. Dessa forma, até que se conclua as análises dessas contribuições por parte da agência reguladora, o tema segue em aberto e sem concretização acerca de próximos passos, não havendo assim impacto nessa demonstração financeira.

12 Ativos intangíveis

Política contábil:

a) Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão

A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão, necessários para a distribuição de gás, são amortizados pelo período no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber junto ao poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados.

A Companhia não reconhece margem na construção da infraestrutura.

Os ativos de contrato são mensurados ao custo, capitalizados e transferidos para os ativos intangíveis na medida em que estão disponíveis para uso da concessão.

A Companhia reavalia a vida útil, sempre que essa avaliação indicar que o período de amortização excederá o prazo do contrato de concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro ajustado ao valor justo, pois representa um contas a receber junto ao poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

b) Contratos com clientes

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

c) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

d) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que a Administração entende que os respectivos ativos estão em condições ideais para serem utilizados.

Conforme definido nas portarias CSPE nº 22 de 19 de novembro de 1999 e nº 50 de 08 de maio de 2000, devem compor o intangível de concessão as classes de ativos apresentados na tabela abaixo, e para cada classe de ativo existe uma amortização específica calculada de forma linear ao longo de sua vida útil estimada, e a Companhia utiliza essas mesmas vidas úteis deliberadas pelo órgão regulador para amortização, pois em avaliação concluiu que as vidas úteis estão consistentes com a vida útil real de cada classe de ativos, como segue:

Edificações e benfeitorias	2% a 5%
Fidelização de clientes	20% a 50%
Máquinas e equipamentos	3,33% a 20%
Tubulações	3,33% a 4%
Veículos	20%
Outros	10% a 20%

A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

	Contrato de concessão	Fidelização de clientes	Fidelização de clientes em andamento	Outros	Total
Valor de custo:					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.647.595	1.072.059	69.597	4.061	9.793.312
Adições	-	-	113.498	-	113.498
Baixas	(57.239)	(19)	-	-	(57.258)
Transferências ⁽ⁱ⁾	756.509	97.702	(97.708)	986	757.489
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.346.865	1.169.742	85.387	5.047	10.607.041
Adições	-	-	121.806	-	121.806
Baixas	(57.473)	(64)	-	-	(57.537)
Transferências ⁽ⁱ⁾	1.346.553	149.306	(149.592)	-	1.346.267
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.635.945	1.318.984	57.601	5.047	12.017.577
Valor de amortização:					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(3.037.123)	(864.843)	-	(730)	(3.902.696)
Adições	(386.536)	(104.864)	-	(888)	(492.288)
Baixas	25.430	1	-	-	25.431
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(3.398.229)	(969.706)	-	(1.618)	(4.369.553)
Adições	(453.517)	(126.723)	-	(1.021)	(581.261)
Baixas	33.005	2	-	-	33.007
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.818.741)	(1.096.427)	-	(2.639)	(4.917.807)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.948.636	200.036	85.387	3.429	6.237.488
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.817.204	222.557	57.601	2.408	7.099.770

⁽ⁱ⁾ Do montante transferido de ativos de contrato, uma parcela foi reclassificada para o ativo financeiro no montante de R\$102.835 (R\$ 31.445 em 31 de dezembro de 2022).

Redução ao valor recuperável

Os ativos intangíveis de vida útil definida, que estão sujeitos à amortização, são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o que não ocorreu para o exercício. Não há intangíveis de vida útil indefinida na Companhia.

13 Ativos de contrato

Política contábil

Ativos de contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis (Nota 12).

	Ativos de contrato
Valor de custo:	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	684.970
Adições	1.135.355
Transferência para ativo intangível	(788.934)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.031.391
Adições	1.357.613
Transferência para ativo intangível	(1.449.102)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	939.902

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram adicionados R\$ 119.260 nos ativos de contrato gerados internamente (R\$ 103.084 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

Compromissos de investimento

A Companhia assumiu compromissos de longo prazo em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (expansão, melhorias e manutenções) a serem realizados até a finalização do prazo da concessão, a ocorrer em 30 de maio de 2049. Os valores dos investimentos, para projetos de expansão e suporte operacional são de, aproximadamente R\$30 bilhões, além de investimentos em suporte administrativo, com previsão de desembolso de cerca de R\$4 bilhões, valores atualizados para moeda de dezembro de 2023.

Considerando que o contrato de concessão prevê uma regulação por incentivo, definindo-se a cada ciclo quinquenal um plano de negócios eficiente à luz de uma taxa de retorno de capital adequada, definida à época, para garantir a oportunidade para a concessionária obter uma remuneração apropriada para os seus investimentos, a cada revisão tarifária a Comgás proporá um plano regulatório vinculativo aderente à realidade da época e considerando a taxa de retorno de capital definida pelo órgão regulador.

Capitalização de custos de empréstimos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram capitalizados R\$ 82.441 a uma taxa média de 12,70% a.a. (R\$ 70.884 e 12,06% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e subsequentemente ao custo amortizado, exceto para as quais a Companhia adota fair *value option*.

A Companhia deixa de reconhecer quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os termos e condições dos empréstimos são os seguintes:

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2023	31/12/2022	Vencimento	Objetivo
	Indexador	Taxa anual de juros ⁽ⁱ⁾				
Com garantia						
BNDES						
Projetos VI e VII	IPCA + 4,10%	8,71%	112.946	131.885	abr/2029	Investimento
Projeto VIII	IPCA + 3,25%	7,82%	1.547.663	1.653.501	jun/2034	Investimento
Projeto IX	IPCA + 5,74%	10,42%	893.811	544.925	dez/2036	Investimento
Projeto IX	IPCA + 6,01%	10,71%	304.276	-	dez/2036	Investimento
Total			2.858.696	2.330.311		
Sem garantia						
Resolução 4.131						
Scotiabank 2018	USD + 3,67%	3,67%	-	395.285	mai/2023	Capital de giro
Scotiabank 2021	USD + 1,36%	1,36%	362.774	377.705	fev/2024	Capital de giro
Scotiabank 2022	USD + 2,13%	2,13%	943.486	1.000.957	fev/2025	Capital de giro
Scotiabank 2023	USD + 4,04%	4,04%	734.191	-	mai/2026	Capital de giro
Debêntures						
4ª emissão – 3ª série	IPCA + 7,36%	12,12%	80.960	114.014	dez/2025	Investimento
5ª emissão – série única	IPCA + 5,87%	11,43%	-	907.366	dez/2023	Investimento
6ª emissão – série única	IPCA + 4,33%	8,95%	554.148	523.837	out/2024	Investimento
7ª emissão – série única	IGPM + 6,10%	6,10%	359.640	372.171	mai/2028	Capital de giro
9ª emissão – 1ª série	IPCA + 5,12%	10,64%	550.342	491.153	ago/2031	Investimento
9ª emissão – 2ª série	IPCA + 5,22%	10,74%	533.854	467.841	ago/2036	Investimento
Total			4.119.395	4.650.329		
Total			6.978.091	6.980.640		
Circulante			1.165.556	1.554.840		
Não circulante			5.812.535	5.425.800		
Total			6.978.091	6.980.640		

⁽ⁱ⁾ Para as dívidas que possuem derivativos atrelados, as taxas efetivas se encontram apresentadas na nota 15.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2023	31/12/2022
13 a 24 meses	1.194.493	1.101.805
25 a 36 meses	1.121.908	1.220.964
37 a 48 meses	390.244	339.889
49 a 60 meses	390.289	339.889
61 a 72 meses	451.664	339.934
73 a 84 meses	445.438	386.643
85 a 96 meses	426.269	382.451
Acima de 96 meses	1.392.230	1.314.225
Total	5.812.535	5.425.800

Os valores contábeis de empréstimos, financiamentos e debêntures são denominados nas seguintes moedas:

	31/12/2023	31/12/2022
Reais	4.937.640	5.206.693
Dólar ⁽ⁱ⁾	2.040.451	1.773.947
Total	6.978.091	6.980.640

⁽ⁱ⁾ Em 31 de dezembro de 2023, todas as dívidas denominadas em dólares norte-americanos possuem proteção contra risco cambial por meio da contratação de derivativos (Nota 15).

Abaixo demonstramos a movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.950.336
Captações	2.473.745
Amortização de principal	(2.275.698)
Pagamentos de juros	(469.746)
Juros, variação cambial e valor justo	302.003
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.980.640
Captações	1.338.051
Amortização de principal	(1.547.820)
Pagamentos de juros	(337.668)
Pagamento de juros sobre obras em andamento	(81.882)
Juros, variação cambial e valor justo	626.770
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.978.091

Linhas de créditos não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos, que não foram utilizadas, no valor de aproximadamente R\$ 337.000.

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

Alguns contratos relacionados às dívidas determinam a observância de certos índices financeiros (*financial covenants*) conforme abaixo:

Dívida	Meta	Índice em 31/12/2023
BNDDES	Dívida onerosa líquida / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00	1,32
Resolução 4131		
Debentures 4 ^a a 9 ^a		
Debentures 4 ^a emissão	Endividamento de curto prazo / Endividamento total não poderá ser superior a 0,6	0,17

	31/12/2023	31/12/2022
Dívida líquida ⁽ⁱ⁾	4.598.706	5.268.864
LAJIDA ^{(*) (ii)}	3.492.271	3.222.267
(=) Dívida líquida / LAJIDA	1,32	1,64

(*) últimos doze meses

	31/12/2023	31/12/2022
Endividamento de curto prazo (líquido de derivativos)	1.216.534	1.214.736
Endividamento total (líquido de derivativos) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	7.238.820	7.079.416
(=) Endividamento de curto prazo / Endividamento total	0,17	0,17

- (i) "Dívida onerosa líquida" consiste no saldo de endividamento circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa e de títulos e valores mobiliários;
- (ii) "LAJIDA" corresponde ao resultado líquido encerrado nos últimos 12 (doze) meses, acrescido dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido e das amortizações;
- (iii) "Endividamento total" corresponde ao somatório de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos da Companhia, de curto e longo prazos, incluindo o saldo líquido das operações com derivativos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia estava cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

15 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como *hedge* de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* as quais devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outras receitas (despesas) financeiras.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O derivativo é apresentado como ativo não circulante ou passivo não circulante se o vencimento remanescente do instrumento for maior que 12 meses e não seja esperada sua realização ou liquidação em até 12 meses. Outros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua (anual), sobre se os instrumentos de *hedge* enquadrados em *hedge accounting* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

Derivativos que não se qualificam para contabilidade de hedge

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os valores justos relacionados a operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição ao risco da Companhia estavam utilizando dados observáveis tais como preços cotados em mercados ativos, ou fluxo de caixa descontado baseado em curvas de mercado, e são apresentados abaixo:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Risco de taxa de câmbio e juros				
Contratos de <i>swap</i> (juros)	4.234.668	4.919.169	77.982	31.748
Contratos de <i>swap</i> (juros e câmbio) ⁽ⁱ⁾	2.253.960	1.772.775	(297.974)	(86.854)
Total dos instrumentos financeiros	6.488.628	6.691.944	(219.992)	(55.106)
Ativo circulante			20.116	344.760
Ativo não circulante			120.529	-
Passivo Circulante			(63.184)	-
Passivo não circulante			(297.453)	(399.866)
Total			(219.992)	(55.106)

⁽ⁱ⁾ Estes saldos equivalem ao valor de nocional em Dólar convertidos em R\$ pela taxa de Dólar do dia da contratação.

Derivativos são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos.

Hedge de valor justo

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado.

As dívidas que possuem *hedge* de risco de juros estão indicadas na tabela abaixo:

Hedge risco de juros	Nocional	Valor registrado		Ajuste de valor justo	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimo, financiamento e debêntures					
Itens designados					
5ª emissão - série única	-	-	(907.366)	-	(33.892)
BNDES Projeto VIII	(1.000.000)	(803.989)	(851.689)	54.807	70.260
Total débito	(1.000.000)	(803.989)	(1.759.055)	54.807	36.368
Instrumentos financeiros derivativos					
Instrumentos de hedge					
5ª emissão - série única	-	-	221.000	(221.000)	1.248
BNDES Projeto VIII	1.000.000	(56.085)	(90.193)	34.108	(57.944)
Total derivativos	1.000.000	(56.085)	130.807	(186.892)	(56.696)
Total líquido	-	(860.074)	(1.628.248)	(132.085)	(20.328)

Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de *hedge* documentadas e, portanto, não foi utilizado o expediente da contabilidade *hedge*, previsto no CPC 48 – Instrumento Financeiros. A Companhia optou por designar os passivos protegidos (objetos de *hedge*) para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos de derivativos sempre são contabilizados ao valor justo por meio do resultado:

Risco de câmbio	Nocional	Valor registrado		Ajuste de valor acumulado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures					
4131 Scotiabank (2018) US\$ + 4,32%	-	-	(395.285)	-	(2.680)
4131 Scotiabank (2021) US\$ + 1,60%	(407.250)	(362.774)	(377.705)	2.106	15.545
4131 Scotiabank (2022) US\$ + 2,51%	(1.097.400)	(943.486)	(1.000.957)	33.324	51.798
4131 Scotiabank (2023) US\$ + 4,76%	(749.310)	(734.191)	-	(5.468)	-
Total débito	(2.253.960)	(2.040.451)	(1.773.947)	29.962	64.663
Instrumentos financeiros derivativos					
4131 Scotiabank (2018) BRL + 107,9% do CDI	-	-	123.760	(123.760)	(61.685)
4131 Scotiabank (2021) BRL + CDI + 1,25%	407.250	(63.184)	(50.245)	(12.939)	(88.612)
4131 Scotiabank (2022) BRL + CDI + 1,20%	1.097.400	(212.180)	(160.369)	(51.811)	(217.215)
4131 Scotiabank (2023) BRL + CDI + 1,30%	749.310	(22.611)	-	(22.611)	-
Total derivativos	2.253.960	(297.975)	(86.854)	(211.121)	(367.512)
Total líquido	-	(2.338.426)	(1.860.801)	(181.159)	(302.849)

Risco de juros	Nocional	Valor registrado		Ajuste de valor acumulado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures					
4ª emissão - 3ª série IPCA + 7,36%	(114.818)	(80.960)	(114.014)	(708)	(114.014)
6ª emissão - série única IPCA + 4,33%	(523.993)	(554.148)	(523.837)	3.509	(523.837)
9ª emissão - 1ª série IPCA + 5,12%	(500.000)	(550.342)	(491.153)	19.868	(6.179)
9ª emissão - 2ª série IPCA + 5,22%	(500.000)	(533.854)	(467.841)	34.919	9.737
BNDES Projetos VI e VII IPCA + 4,10%	(160.126)	(112.946)	(131.885)	(150)	(131.885)
BNDES Projeto VIII IPCA + 3,25%	(870.149)	(743.674)	(801.812)	5.967	(801.812)
BNDES Projeto IX IPCA + 5,74%	(565.582)	(598.752)	(544.925)	(19.875)	(544.925)
Total débito	(3.234.668)	(3.174.676)	(3.075.467)	43.530	(2.112.915)
Instrumentos financeiros derivativos					
4ª emissão - 3ª série 94,64% CDI	-	-	-	-	(3.900)
4ª emissão - 3ª série 112,49% CDI	114.818	4.567	(778)	5.345	(5.096)
6ª emissão - série única 89,90% CDI	523.993	20.116	(10.419)	30.535	(26.161)
9ª emissão - 1ª série 109,20% CDI	500.000	42.093	(17.705)	59.798	(37.517)
9ª emissão - 2ª série 110,60% CDI	500.000	26.901	(40.441)	67.342	(53.304)
BNDES Projetos VI e VII 87,50% CDI	160.126	64	(2.046)	2.110	(6.923)
BNDES Projeto VIII 82,94% CDI	870.149	(6.578)	(21.039)	14.461	(48.613)
BNDES Projeto IX 98,90% CDI	565.582	46.904	(6.631)	53.536	(6.631)
Total derivativos	3.234.668	134.067	(99.059)	233.127	(188.145)
Total líquido	-	(3.040.609)	(3.174.526)	276.657	(2.301.060)

16 Mensurações de valor justo reconhecidas

Política Contábil:

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. O uso de preços de mercado cotados;
- ii. Para swaps usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis no mercado;
- iii. Para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado.

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos.

A Administração regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível no mercado.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho de Administração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses

instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
	31/12/2023	31/12/2022	Nível 2	Nível 2
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos				
Aplicações em operações compromissadas	949.682	301.686	949.682	301.686
Títulos e valores mobiliários	794.978	569.296	794.978	569.296
Instrumentos financeiros derivativos	140.645	344.760	140.645	344.760
Total	1.885.305	1.215.742	1.885.305	1.215.742
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(6.019.116)	(6.608.469)	(6.019.116)	(6.608.469)
Instrumentos financeiros derivativos	(360.637)	(399.866)	(360.637)	(399.866)
Total	(6.379.753)	(7.008.335)	(6.379.753)	(7.008.335)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve alteração na classificação dos níveis.

17 Gestão de risco financeiro

Política contábil:

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto.

O gerenciamento de risco financeiro da Companhia é controlado pela tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Conselho fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de hedge é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de hedge e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos com taxa de juros flutuante protegidos.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela Política de Tesouraria.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em Dólar:

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.040.451)	(1.773.947)
Instrumentos financeiros derivativos	2.040.451	1.773.947
Risco cambial líquido	-	-

A sensibilidade do resultado às mudanças nas taxas de câmbio decorre principalmente de instrumentos financeiros denominados em dólares.

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos projetados para 31 de dezembro de 2023, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano usados no cenário provável.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%.

O cenário provável considera as taxas de câmbio estimadas, realizadas por terceira parte especializada, na data de vencimento das operações para as Companhias com moeda funcional Real (positivos e negativos, antes dos efeitos fiscais), da seguinte forma:

	Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)					
	31/12/2023	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	4,84	5,00	6,25	7,50	3,75	2,50

Instrumento	Fator de risco	Provável	Cenário			
			25%	50%	-25%	-50%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Variação na taxa de câmbio R\$/ US\$	(2.107.339)	(2.634.173)	(3.161.008)	1.580.504	1.053.669
Derivativos de taxa de juros e câmbio	Variação na taxa de câmbio R\$/ US\$	2.107.339	2.634.173	3.161.008	(1.580.504)	(1.053.669)
Impactos de (perdas) ou ganhos no resultado do exercício		-	-	-	-	-

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia monitora as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com seus empréstimos e em sua maioria utiliza instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis.

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN) em 11 de janeiro de 2024, como segue:

	Análise de sensibilidade das taxas de juros				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
CDI	9,98	12,48	14,98	7,49	4,99
IPCA	3,85	4,82	5,78	2,89	1,93
IGPM	3,34	4,17	5,10	2,50	1,67

Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos em CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

	Provável	Cenário			
		25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	184.206	230.258	276.309	138.155	92.103
Títulos e valores mobiliários	80.160	100.200	120.240	60.120	40.080
Derivativos de taxa de juros	(225.318)	(214.031)	(209.885)	(228.175)	(239.087)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(192.000)	(240.000)	(288.000)	(144.000)	(96.000)
Impactos de perdas no exercício	(152.952)	(123.573)	(101.336)	(173.900)	(202.904)

b) Risco de crédito

As operações regulares da Companhia expõem a potenciais descumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam afetar suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	1.845.136	1.241.256
Títulos e valores mobiliários	794.978	569.296
Contas a receber de clientes ⁽ⁱ⁾	1.323.119	1.616.136
Instrumentos financeiros derivativos	140.645	344.760
Recebíveis de partes relacionadas	222	1.315
Total	4.104.100	3.772.763

⁽ⁱ⁾ Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía uma carteira de aproximadamente 2.54 milhão de clientes, das categorias residencial, comercial, industrial, automotivo, termogeração e cogeração, não havendo concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas, diluindo assim o risco de inadimplência.

A Companhia também está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários, e qualquer interrupção que afete seus intermediários financeiros também poderá afetar adversamente suas operações.

A exposição da Companhia ao risco de recebíveis comerciais (Nota 8) é reduzida, dada a característica pulverizada da base de clientes. No entanto, ainda mantém reservas para potenciais perdas de crédito. O controle de risco avalia a qualidade de crédito da carteira de clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são definidos com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites estabelecidos pela Administração. A conformidade com os limites de crédito pelos clientes é regularmente monitorada pela Administração.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de "A", reduzindo substancialmente o risco de crédito. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é determinado por instrumentos de classificação amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
AAA	2.590.289	2.081.945
AA	86.899	73.367
A	103.571	-
Total	2.780.759	2.155.312

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontrará dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia em administrar a liquidez é assegurar, na medida do possível, que tenha liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação da Companhia.

Os passivos financeiros são classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2023				31/12/2022	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	A mais de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.510.138)	(1.599.143)	(2.428.809)	(4.852.079)	(10.390.169)	(11.067.395)
Instrumentos financeiros derivativos	(311.399)	(220.461)	(132.060)	827.553	163.633	579.654
Fornecedores	(1.302.119)	-	-	-	(1.302.119)	(1.554.695)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾	(133.937)	-	-	-	(133.937)	(72.579)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(332.326)	-	-	-	(332.326)	(15.806)
Parcelamento de débitos tributários	(904)	(905)	(1.810)	(1.885)	(5.504)	(5.851)
Arrendamentos	(8.294)	(8.433)	(13.694)	(24.769)	(55.190)	(61.269)
Pagáveis a partes relacionadas	(11.585)	-	-	-	(11.585)	(11.735)
Total	(3.610.702)	(1.828.942)	(2.576.373)	(4.051.180)	(12.067.197)	(12.209.676)

⁽ⁱ⁾ Em 31 de dezembro de 2023, o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$ 133.937 (R\$ 72.579 em 31 de dezembro de 2022). O prazo de pagamento destas operações é de até 90 dias. A operação de risco sacado é uma opção do fornecedor e não altera as condições comerciais entre as partes (prazo e valor do serviço). A antecipação de recebíveis por parte dos fornecedores se dá com base no aceite aos termos, incluindo as taxas de antecipação destas operações. A Companhia não exerce qualquer influência na decisão do fornecedor, assim como não recebe nenhum benefício por parte do banco nessa operação.

18 Compromissos

Compromissos com contratos de fornecimento

Em 31 de dezembro de 2023, os compromissos da Companhia são substancialmente ligados à fornecimento de gás, totalizando um compromisso financeiro no valor presente estimado em R\$43.643.085, dos quais R\$10.892.795 referem-se a operações com partes relacionadas, que inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em *commodities* quanto em transporte, com prazo até dezembro de 2034.

A Companhia tem contratos de suprimento de gás natural com a Petrobras, Necta e Shell nas seguintes condições:

- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2020, com vigência até dezembro 2023, e com quantidade diária contratual atual de gás nacional de 6,10 milhões de m³/dia, denominado NMG (contrato finalizado em dezembro de 2023).
- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2022, com vigência até dezembro 2023, e com quantidade diária contratual atual de gás nacional de 6,40 milhões de m³/dia, denominado TC (contrato finalizado em dezembro de 2023).
- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2024, com vigência até dezembro 2034, e com quantidade diária contratual atual de gás nacional de 9,5 milhões de m³/dia, denominado Novo NMG.
- Contrato com a Necta (parte relacionada) na modalidade firme, iniciado em janeiro 2024, com vigência até dezembro de 2024 e volume médio mensal contratado de 945 mil de m³ e volume anual contratado de 11,24 milhões de m³.
- Contrato com a Compass Comercialização S.A. (parte relacionada) na modalidade firme, com vigência de 10 anos, até dezembro 2034, e com quantidade diária contratual atual de gás de 3,125 milhões de m³/dia.
- Contrato com a Shell na modalidade firme e flexível, iniciado em janeiro de 2024, com vigência até dezembro 2024, e com quantidade diária contratual atual de gás nacional de 500 mil de m³/dia.

Os contratos de fornecimento de gás natural, contrato Novo NMG e contrato Shell, têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a *Brent* no mercado internacional e reajustada trimestralmente. Ambos os contratos são indexados ao dólar americano.

19 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 90 dias do reconhecimento.

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de gás/transportes	991.064	1.183.666
Fornecedores de materiais e serviços	311.055	371.029
Total	1.302.119	1.554.695

20 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A alíquota de imposto de renda e contribuição social é de 34%. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Exposição Fiscal

Ao determinar o valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o

que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.139.384	2.113.698
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(727.391)	(718.657)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Não realização do benefício do pacto federativo ⁽ⁱ⁾	(133.712)	-
Benefício do pacto federativo - exercício corrente ⁽ⁱ⁾	49.737	172.167
Benefício do pacto federativo extemporâneo ⁽ⁱ⁾	-	240.251
Selic indêbitos ⁽ⁱⁱ⁾	76.268	(26.003)
Diferenças permanentes (baixas de estoque, doações, brindes, etc.)	(10.819)	(4.943)
Juros sobre capital próprio	9.248	20.956
Outros	6.072	14.010
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente ⁽ⁱ⁾	(893.801)	(552.971)
Diferido	163.204	250.752
Total	(730.597)	(302.219)
Taxa efetiva	34,15%	14,30%

⁽ⁱ⁾ A partir do 1º trimestre de 2021, a Companhia passou a apurar e utilizar créditos correntes e extemporâneos decorrentes da não tributação, pelo IRPJ e pela CSLL, do benefício fiscal de redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo, cuja alíquota efetiva é reduzida de 18% para o intervalo entre 12% e 15,6% por força do art. 8º do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.490 ("RICMS/SP"), com redação dada pelos Decretos Estaduais n.º 62.399/2016 e 67.383/2022. Esses créditos foram reconhecidos pela Companhia no exercício de 2021 com base no seu melhor entendimento sobre o tema, consubstanciado pela opinião de seus assessores jurídicos externos, a qual levou em consideração toda a jurisprudência então aplicável ao tema. Em 26 de abril de 2023, o STJ julgou recurso especial representativo da controvérsia e decidiu que benefícios fiscais como redução de base de cálculo de ICMS somente podem ser excluídos do IRPJ/CSLL se cumpridos os requisitos da Lei Complementar nº 160/2017 (art. 30 da Lei 12.973/2014), ou seja, com a constituição de reserva. Com base nessa decisão, os administradores da Companhia, observando a interpretação técnica que disciplina o tratamento das incertezas quanto aos tributos sobre o lucro (ICPC22 e IFRIC 23), decidiram pela constituição de provisão em 31 de março de 2023, no valor histórico de R\$1.191.282 (R\$925.754 de principal registrado na rubrica de imposto de renda corrente, R\$117.863 de juros e R\$147.665 de multa registrados na rubrica de resultado financeiro). O montante atualizado utilizado pela Companhia referente a crédito extemporâneo e corrente totaliza R\$ 1.387.388 (R\$ 924.043 principal, R\$ 228.157 multa e R\$ 235.188 juros), que engloba também as autuações recebidas para os exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2018 e os demais créditos aproveitados nos anos seguintes até 31 de março de 2023, acrescidos dos respectivos encargos legais. Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei nº 14.789/2023, que concedeu desconto de 80% para pagamento de todos os débitos, autuados e não autuados pela RFB, relativos a esse tema. Assim, a Companhia espera a regulamentação do programa para efetivar a quitação do passivo que, considerando o desconto concedido, é de R\$ 277.478 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 184.809 principal, R\$ 45.631 multa e R\$ 47.038 juros).

- (ii) Considerando os efeitos do julgamento do STF RE nº 1.063.187, datado de 24 de setembro de 2021, a Companhia concluiu que determinados efeitos financeiros relativos à recomposição patrimonial no caso de repetição de indébito de tributos não deveriam compor a base do lucro real da Companhia. A Companhia obteve trânsito em julgado da sua ação individual sobre o tema, cuja decisão afastou a modulação de efeitos estabelecida pelo STF. Em razão disso, foram reconhecidos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023, os créditos de fatos geradores dos anos de 2016 a 2020, no montante de R\$ 81.542 (R\$ 56.562 principal e R\$ 24.980 juros).

Em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$59.805 (R\$58.162 em 31 de dezembro de 2022), registrado no ativo não circulante refere-se a imposto de renda e contribuição social sobre saldos credores dos períodos de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020.

O saldo de imposto de renda e contribuição social no passivo circulante, no montante de R\$293.499 (R\$79.362 em 31 de dezembro de 2022), refere-se, principalmente, ao passivo relativo ao benefício do pacto federativo no montante de R\$277.478, mencionado acima.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

Créditos ativos de:	31/12/2023	31/12/2022
Diferenças temporárias ⁽ⁱ⁾	332.376	283.694
Provisão para demandas judiciais	15.475	22.797
Obrigação de benefício pós-emprego ⁽ⁱⁱ⁾	150.336	152.373
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	11.931	13.263
Transações com pagamento baseado em ações	2.951	2.758
Provisões de participações no resultado e bônus	21.655	22.305
Resultado não realizado com derivativos e valor justo dos empréstimos	31.176	-
Outros	62.498	33.919
Tributos diferidos - Ativos	628.398	531.109
Créditos passivos de diferenças temporárias		
Revisão de vida útil de intangível	(148.083)	(175.421)
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(70.703)	(36.861)
Arrendamento mercantil	(2.126)	(2.869)
Resultado não realizado com derivativos e valor justo dos empréstimos	-	(90.209)
Juros capitalizados	(86.294)	(59.532)
Outros	(2.980)	(2.980)
Tributos diferidos - Passivos	(310.186)	(367.872)
Total de tributos diferidos registrados	318.212	163.237

- (i) Do total do saldo apresentado em diferenças temporárias, o montante de R\$300.874 (R\$884.923 de base), refere-se à provisão de devolução de crédito extemporâneo no passivo setorial.
- (ii) O crédito relacionado à diferença de base contábil e fiscal do plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 10,9 anos.
- (iii) A Companhia, exercendo seu direito, opta pelo regime de caixa para a tributação de variação cambial dos empréstimos e financiamentos.

c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos

i. Impostos diferidos ativos	Obrigação de benefício pós-emprego	Benefícios a empregados	Resultado não realizado com derivativos	Provisões	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	159.978	19.683	-	95.400	23.533	298.594
Creditado do resultado do exercício	5.304	5.380	-	224.354	10.386	245.424
Outros resultados abrangentes	(12.909)	-	-	-	-	(12.909)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	152.373	25.063	-	319.754	33.919	531.109
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	6.192	(457)	31.176	40.028	28.579	105.518
Outros resultados abrangentes	(8.229)	-	-	-	-	(8.229)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	150.336	24.606	31.176	359.782	62.498	628.398

ii. Impostos diferidos passivos	Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	Intangível	Resultado não realizado com derivativos	Arrendamento	Juros capitalizados / Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(202.759)	(127.681)	(3.349)	(39.411)	(373.200)
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	-	27.338	37.472	480	(23.101)	42.189
Diferenças cambiais	(36.861)	-	-	-	-	(36.861)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(36.861)	(175.421)	(90.209)	(2.869)	(62.512)	(367.872)
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	-	27.338	90.209	743	(26.762)	91.528
Diferenças cambiais	(33.842)	-	-	-	-	(33.842)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(70.703)	(148.083)	-	(2.126)	(89.274)	(310.186)

Total de tributos diferidos registrados						318.212
------------------------------------------------	--	--	--	--	--	----------------

21 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

	Provisão para demandas judiciais		Depósitos judiciais	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	12.593	17.368	17.614	23.851
Cíveis, ambientais e regulatórias	17.559	22.246	15.781	18.980
Trabalhistas	15.364	27.437	7.497	8.485
Total	45.516	67.051	40.892	51.316

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórias	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.564	28.282	41.055	84.901
Provisionado no exercício	3.130	893	6.823	10.846
Baixas por reversão / pagamento ⁽ⁱⁱ⁾	(2.715)	(3.514)	(14.493)	(20.722)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	1.389	(3.415)	(5.948)	(7.974)
Transferência	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	17.368	22.246	27.437	67.051
Provisionado no exercício	166	4.647	4.790	9.603
Baixas por reversão / pagamento ⁽ⁱⁱ⁾	(2.762)	(13.731)	(14.117)	(30.610)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	(2.179)	4.397	(2.746)	(528)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.593	17.559	15.364	45.516

⁽ⁱ⁾ Inclui juros por reversões e constituições de processos.

⁽ⁱⁱ⁾ Contempla pagamentos de acordos trabalhistas, cíveis e tributários.

Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	3.259.134	3.494.853
Cíveis, ambientais e regulatórias	138.125	149.549
Trabalhistas	31.763	33.508
Total	3.429.022	3.677.910

a) Tributárias

As contingências tributárias referem-se às autuações fiscais principalmente na esfera Federal, avaliadas como perdas possíveis pelos assessores legais e pela Administração e, portanto, sem constituição de provisão, conforme estabelece o CPC 25 / IAS 37. As variações de saldo referem-se a temas já existentes e à atualização monetária dos referidos passivos contingentes.

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ/CSLL ⁽ⁱ⁾	2.969.593	3.071.095
Compensação tributos federais	112.973	114.202
Outros ⁽ⁱⁱ⁾	176.568	309.556
Total	3.259.134	3.494.853

⁽ⁱ⁾ A Companhia possui autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil e ações judiciais relativos à glosa de amortização de despesas de ágio fundado em rentabilidade futura decorrente de operações societárias.

⁽ⁱⁱ⁾ Baixa de R\$144.064 referente a autos de infração lavrados para cobrança de multa isolada em razão de compensações não homologadas. Referida baixa é decorrente do julgamento finalizado pelo STF em 17 de março de 2023, no RE nº 796.939 (Tema 736), que decidiu pela inconstitucionalidade da multa isolada cobrada nesses casos, tendo sido os autos de infração cancelados pela RFB.

b) Cíveis, ambientais e regulatórias

Os processos cíveis da Companhia, versam, em geral, sobre rescisões ou revisões de contratos, direitos reais, cobranças de valores e indenizações, decorrentes das atividades da Companhia, incluindo demandas sobre matérias regulatória e ambiental.

Os processos regulatórios versam, em geral, sobre processos administrativos sancionatórios instaurados por órgãos reguladores.

c) Trabalhistas

Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos ao pagamento de: horas extras e reflexos, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, responsabilidade subsidiária/solidária, dentre outros.

22 Benefícios pós-emprego

Política contábil:

O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela administração em cada exercício.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

A Companhia oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação ao plano de pós-emprego de benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos do plano de benefício pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas ao plano de benefício definido são reconhecidos em resultado.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigação de benefício definido inicial	448.157	477.253
Custo dos serviços	157	538
Juros sobre obrigação atuarial	45.141	41.815
Liquidação antecipada no plano	-	(3.081)
Perda (ganhos) atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras ⁽ⁱ⁾	23.753	(26.621)
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência ⁽ⁱ⁾	(70.072)	(14.629)
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas ⁽ⁱ⁾	22.116	-
Benefícios pagos	(27.088)	(27.118)
Obrigação de benefício definido final	442.164	448.157
Valor justo inicial dos ativos do plano	-	(6.728)
Receitas de juros	-	(253)
Retorno dos investimentos no ano (excluída a receita de juros)	-	3.283
Liquidação antecipada no plano	-	3.698
Contribuições do empregador	(27.088)	(27.118)
Benefícios pagos	27.088	27.118
Valor justo final dos ativos do plano	-	-
Passivo líquido de benefício definido	442.164	448.157

⁽ⁱ⁾ Efeito reconhecido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

A Companhia possui obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego, que incluem assistência médica e incentivo a aposentadoria, pagamento de doença e pensão por incapacidade, reconhecidas de acordo com a Deliberação CVM695.

O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados para o índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade de aposentadoria.

A Companhia iniciou em 07 de janeiro de 2022 com a Futura II - Entidade de Previdência Complementar, o Plano de Aposentadoria *FuturaFlex*, plano de previdência fechada complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). O plano tem como objetivo a concessão de benefício de previdência privada, sob a forma de renda mensal financeira.

Movimentação do saldo:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	470.525
Custo dos serviços	538
Juros sobre obrigação atuarial	41.815
Benefícios pagos	(27.118)
Ganho atuarial	(37.967)
Liquidação antecipada no plano	364
Saldo em 31 de dezembro de 2022	448.157
Custo dos serviços correntes	157
Juros sobre obrigação atuarial	45.141
Benefícios pagos	(27.088)
Ganho atuarial	(24.203)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	442.164

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2023	31/12/2022
Montante total reconhecido como outros resultados abrangentes		
Perdas (ganhos) atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	(23.753)	26.621
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	70.072	11.346
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	(22.116)	-
Perdas atuariais líquidas	24.203	37.967

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios da Companhia são as seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de desconto	10,12% a.a.	10,45% a.a.
Taxa de inflação	4,50% a.a.	4,25% a.a.
Crescimento salarial médio	n/a	n/a
Morbidade (<i>aging factor</i>)	3,00%	3,00%
Inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-2000 (suavizada em 10%)	AT-2000
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	0,60/(tempo de serviço +1)	0,60/(tempo de serviço +1)
Idade para aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos

O plano de benefício foi avaliado pela administração em conjunto com os especialistas (atuários) ao final do exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na nota 20.

Em 31 de dezembro de 2023, a duração média ponderada da obrigação de benefício definido era de 10,9 anos (sendo de 10,6 anos para 31 de dezembro de 2022).

Análise de sensibilidade

Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, embora mantendo outras premissas, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

Taxa de desconto	
Aumento	Redução
0,50%	-0,50%
(23.123)	20.998

Não houve alteração em relação aos anos anteriores nos métodos e premissas utilizados na elaboração da análise de sensibilidade.

23 Patrimônio líquido

Política contábil:

a) Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social, 25%, são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em assembleia geral.

Os juros sobre o capital próprio são tratados como dividendos e são apresentados como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na demonstração do resultado.

Os dividendos são calculados e pagos de acordo com as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil.

Reserva legal

Objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos. É constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

O capital subscrito de R\$ 536.315, é representado por 103.863 ações ordinárias sem valor nominal e totalmente integralizadas e 28.658 ações preferenciais de classe A. Conforme estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R\$ 2.000.500. Não houve movimentação da quantidade de ações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e sua composição é a que segue:

Acionistas	Quantidade de ações - milhares em 31/12/2023 e 31/12/2022					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Compass Gás e Energia S.A.	103.699	99,84	27.682	96,59	131.381	99,14
Outros	164	0,16	976	3,41	1.140	0,86
Total	103.863	100	28.658	100	132.521	100

b. Juros sobre capital próprio

Em 21 de março 2023, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, referente ao período compreendido de 1º de janeiro de 2023 a 21 de março de 2023, no valor de R\$17.204, antes dos tributos, pagos em 4 de abril de 2023.

Em 21 de setembro 2023, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio complementar, referente ao 3º trimestre de 2023, calculados até 21 de setembro de 2023, no valor de R\$2.602, antes dos tributos, pagos em 6 de outubro de 2023.

Em 21 de dezembro 2023, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio complementar, referente ao 4º trimestre de 2023, calculados até 21 de dezembro de 2023, no valor de R\$7.394, antes dos tributos, pagos em 10 de janeiro de 2024.

c. Dividendos

Em 21 de março 2023, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos no montante de R\$400.000, com base no saldo da reserva de lucros gerados no exercício anterior, pagos no dia 4 de abril de 2023.

d. Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.035
Dividendos do exercício anterior	580.830
Dividendos do período corrente	1.253.279
Juros sobre capital próprio	61.634
IR sobre juros sobre capital próprio	(9.240)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(1.872.732)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.806
Dividendos do exercício anterior	400.000
Dividendos mínimos obrigatórios	324.997
Juros sobre capital próprio	27.200
IR sobre juros sobre capital próprio	(4.079)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(430.120)
Dividendos prescritos	(1.245)
Juros sobre capital próprio prescritos	(233)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	332.326

e. Destinação do saldo do resultado do exercício

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	1.408.787	1.811.479
Constituição da reserva legal - 5% ⁽ⁱ⁾	-	-
Base de cálculo para distribuição dos dividendos	1.408.787	1.811.479
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	352.197	452.870
Dividendos intercalares e juros sobre capital próprio declarados	(27.200)	(1.314.913)
Dividendo mínimos obrigatórios	324.997	1.881.972
Total do lucro do exercício a destinar	1.056.590	496.566

(i) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve a constituição de reserva legal, pois conforme estatuto da Companhia se o valor da reserva legal exceder 20% do capital social, não deverá ser constituída.

Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre o valor da retenção de lucros que exceder o capital social conforme estabelecido na Lei nº 6.404, artigo 199, assim como toda destinação do lucro líquido.

24 Receita operacional líquida

Política contábil:

A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais:

i. Receita faturada

A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes, baseado nas medições mensais realizadas.

ii. Receita não faturada

Receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A Companhia acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

iii. Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida no resultado na fase de finalização da obra.

Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de conclusão da atividade de construção no final do período de relatório, e são incluídos no custo das vendas.

iv. Receita de prestação de serviços

As receitas de serviços englobam taxas de serviços correlatos e acessórios ao sistema de distribuição de gás, sendo reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão, quando o estágio de conclusão da transação no final do período puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança.

A Companhia apresenta a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos, conforme exigido para empresas brasileiras de acordo com a lei nº 6.404/76, seção V, Art.187.

A seguir, é apresentada a composição da receita da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) ⁽ⁱ⁾
Receita bruta na venda de gás	16.864.085	20.065.524
Receita bruta na prestação de serviços e outros	618.725	389.731
Receita de construção	1.357.613	1.135.355
Impostos e deduções sobre vendas	(3.681.749)	(4.591.039)
Receita operacional líquida	15.158.674	16.999.571

(i) Para maiores informações vide nota 3.3.

25 Custos e despesas por natureza

Política contábil:

Custo das vendas inclui o custo das aquisições de gás e transporte, líquido de impostos.

Custo dos serviços prestados compreende os gastos de pessoal e a amortização de ativos relacionados às prestações de serviços.

Os custos e as despesas são apresentados na demonstração do resultado por função. A reconciliação dos montantes por natureza/ finalidade é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) ⁽ⁱ⁾
Custo do gás e transporte	(9.750.495)	(11.919.881)
Custo de construção	(1.357.613)	(1.135.355)
Amortizações	(575.792)	(498.487)
Gastos com pessoal	(222.918)	(225.136)
Gastos com materiais / serviços	(442.215)	(409.332)
Total	(12.349.033)	(14.188.191)
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(11.926.244)	(13.765.788)
Despesas de vendas	(127.105)	(142.527)
Despesas gerais e administrativas	(295.684)	(279.876)
Total	(12.349.033)	(14.188.191)

(i) Para maiores informações vide nota 3.3.

26 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2023	31/12/2022
Valores em discussão com clientes	-	(13.369)
Resultado nas alienações de ativo intangível	(30.192)	(45.191)
Efeito líquido das demandas judiciais e parcelamentos tributários	(6.637)	(11.791)
Acordo contratual ⁽ⁱ⁾	143.221	-
Outros	446	(17.249)
Total	106.838	(87.600)

⁽ⁱ⁾ Efeito líquido entre partes relacionadas, líquido de impostos e valores redistribuídos aos consumidores, conforme nota explicativa 9.d) e 11 (v).

27 Resultados financeiros

Política contábil:

A receita financeira compreende receita de juros sobre fundos investidos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Custo da dívida bruta		
Juros sobre dívida	(562.833)	(905.383)
Ajuste a valor justo dívida e derivativos	(481.225)	(110.213)
Variação cambial sobre dívida	144.191	108.227
Fianças e garantias sobre dívidas	(14.614)	(15.217)
Total	(914.481)	(922.586)
Rendimentos de aplicações financeiras	324.612	256.181
Total	324.612	256.181
Custo da dívida, líquida	(589.869)	(666.405)
Outros encargos e variações monetárias		
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(20.564)	(18.495)
Juros sobre outras operações	43.500	93.490
Juros sobre contas a receber de clientes	53.575	45.171
Juros sobre ativo e passivo setorial	(82.525)	(33.887)
Juros sobre passivo atuarial e outros	(79.050)	(54.752)
Juros capitalizados nos ativos de contrato ⁽ⁱ⁾	82.441	70.884
Encargos relacionados à não efetivação do benefício do pacto federativo ⁽ⁱⁱ⁾	(92.669)	-
Juros sobre contingências e depósitos judiciais	6.889	1.066
Despesas bancárias	(10.670)	(20.223)
Ajuste a valor presente ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(88.153)	(26.931)
Total	(187.226)	56.323
Resultado financeiro, líquido	(777.095)	(610.082)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(1.321.730)	(1.073.581)
Receitas financeiras	881.669	465.485
Variação cambial líquida	144.191	108.227
Derivativos ^(iv)	(481.225)	(110.213)
Resultado financeiro, líquido	(777.095)	(610.082)

⁽ⁱ⁾ Para maiores informações vide nota explicativa 13.

⁽ⁱⁱ⁾ Para maiores informações vide nota explicativa 20.a.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se a ajuste a valor presente referente a parcela de ativo financeiro transferida de ativo de contrato, vide nota explicativa 12.

^(iv) Contempla o resultado de derivativo de câmbio e juros.

28 Lucro por ação**Política contábil:****a) Lucro básico por ação**

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. O lucro atribuível aos acionistas controladores, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. Pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. O efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. O número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação):

Resultado básico por ação	31/12/2023	31/12/2022
Numerador		
Resultado do exercício	1.408.787	1.811.479
Ações ordinárias	1.080.763	1.389.691
Ações preferenciais	328.024	421.788
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	103.863	103.863
Média ponderada de número de ações preferenciais	28.658	28.658
Resultado básico por ação		
Ação ordinária	10,4057	13,3801
Ação preferencial	11,4462	14,7181
Efeito da diluição:		
Numerador		
Resultado do exercício	1.408.787	1.811.479
Ações ordinárias	1.080.167	1.387.949
Ações preferenciais	328.620	423.530
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	103.863	103.863
Média ponderada de número de ações preferenciais	28.726	28.812
Resultado diluído por ação		
Ação ordinária	10,3999	13,3633
Ação preferencial	11,4399	14,6996

A Companhia possui uma categoria de possível efeito diluidor, que são seus planos de remuneração baseados em ações, nesse caso é feito um cálculo para determinar o efeito da diluição no lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia em razão do exercício do plano de remuneração baseado em ações. Os acionistas detentores de ações preferenciais têm o direito ao recebimento de dividendo por ação 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária, conforme estabelecido no estatuto da Companhia.

29 Pagamento baseado em ações

Política contábil:

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

O modelo *Black-Scholes* foi utilizado na estimativa do valor justo das opções negociadas sem restrições de aquisição de direitos. O modelo requer o uso de premissas subjetivas, incluindo a volatilidade esperada do preço da ação, a vida esperada da opção de compra de ações ou a concessão de ações e dividendos.

A Companhia possui planos de remuneração baseada em ações que são liquidáveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2023, possui o seguinte acordo de pagamento baseado em ações:

- (i) A Companhia realizou a outorga um plano de *phantom shares* que prevê a concessão de direitos de valorização de ações ("SARs") e outros prêmios baseados em dinheiro para certos funcionários. Os SARs oferecem a oportunidade de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias da Compass, menos o preço da concessão.

O quadro abaixo apresenta os dados dos programas de pagamento com base em ações:

Programa de concessão de ações

Data do programa	Expectativa de período (anos)	Concessão de planos	Exercido / cancelado / transferido	Em 31/12/2023	Valor justo na data de outorga R\$ ⁽ⁱ⁾
31/07/2019	4	83.683	(83.683)	-	79,00
Total		83.683	(83.683)	-	

Plano de remuneração baseado em ações liquidado em caixa

Data do programa	Expectativa de período (anos)	Concessão de planos	Acréscimo de ações ⁽ⁱⁱ⁾	Disponível em 31/12/2023	Valor justo na data de outorga R\$
01/11/2021	3	164.967	27.438	192.405	25,46
Total		164.967	27.438	192.405	

⁽ⁱ⁾ A mensuração do valor justo foi efetuada no modelo de precificação Black-Scholes.

⁽ⁱⁱ⁾ Total de ações acrescidas correspondente ao valor proporcional dos dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital próprio eventualmente pagos ou creditados pela Companhia aos seus acionistas entre a data da outorga e o término do referido período de *vesting*.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram liquidadas 68.889 ações em caixa do plano de 2019, no montante de R\$13.597 (R\$15.597 do plano de 2018 em 31 de dezembro de 2022). A variação entre o valor da ação na data da outorga e o valor da ação na data da liquidação é reconhecido no patrimônio líquido da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui programas de pagamento com base em ações.

Reconciliação de opções de ações

O movimento no número de prêmios em aberto são os seguintes:

	Plano de remuneração com base em ações
Saldo em 31 de dezembro de 2021	147.915
Exercido	(79.026)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	68.889
Exercido	(68.889)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-

Despesa reconhecida no resultado

As despesas de remuneração baseada em ações totais contabilizadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram R\$5.002 e R\$4.510, respectivamente, sendo R\$976 e R\$2.339 pelo plano de concessão de ações e R\$4.026 e R\$2.171 pelo plano de liquidação em caixa.

30 Eventos subsequentes

Décima emissão de debêntures da Companhia

Em 29 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da Comgás aprovou a oferta pública da 10ª emissão de debêntures simples, em regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. A emissão será no montante total de R\$ 1.500.000, com incidência de juros semestrais a uma taxa igual a DI mais um spread de 0,80% a.a. e com vencimento do principal em 15 de março de 2029, com amortização na data de vencimento. Os recursos líquidos obtidos com a Emissão serão destinados para a gestão ordinária dos negócios da Companhia.